

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
SUBCONTRATAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O PRESENTE CONTRATO DE SUBCONTRATAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (de ora em diante designado “Contrato de Subcontratação”) é celebrado entre o Utilizador, (doravante designado «Responsável pelo Tratamento») e a ESSILOR Portugal – Sociedade Industrial de Óptica, Lda. (doravante designada por «**Subcontratante**»), pessoa coletiva n.º 500346631, com sede Rua do Pino Verde, n.º 2 e 2-A, Edifício Essilor, Alto do Forte 2635-225 Rio de Mouro

A Responsável e a Subcontratante serão conjuntamente designados por «**Partes**»

E CONSIDERANDO QUE:

- A)** A Subcontratante é proprietária de um *software* denominado de «Essiplus».
- B)** O *software* «Essiplus» permite, de um modo geral, a gestão de processos clínicos, inclusive, o registo clínico dos utentes, a prescrição de medicamentos de consultórios de saúde privados, centros de saúde, hospitais ou outras entidades que disponham de serviços e médicos de oftalmologia; bem como a gestão administrativa de utentes, designadamente no que concerne à contabilidade dos prestadores de serviços.
- C)** Dispõe igualmente de uma base de dados com todo o portfólio atualizado de lentes da «Essilor», a partir da qual é sugerido ao utilizador quais as lentes mais indicadas a aplicar a cada caso concreto, com a indicação do respetivo preço de venda ao público. Todavia, pode o utilizador inserir quaisquer outras marcas ou fabricantes, que passarão a estar sempre disponíveis para consulta e prescrições futuras.
- D)** A Subcontratante celebrou contratos de subcontratação, sujeitos às regras equivalentes às que adiante se estabelecem no presente contrato, com as empresas Impactwave, Lda. (Impactwave), sociedade com atividade de consultadoria em informática, outra investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais, e Almouroltec - Serviços de Informática e Internet, Lda. (Almouroltec ou PTisp) com atividades de programação e consultadoria informática e outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática.
- E)** A Subcontratante dispõe de uma vasta experiência na organização e estruturação de bases de dados, oferecendo garantias suficientes, particularmente em termos de conhecimentos especializados, fiabilidade e recursos.
- F)** As entidades (Sub)subcontratantes desenvolvem a sua atividade com a execução de medidas técnicas e organizativas adequadas e necessárias à(s) finalidade(s) prosseguidas pelo(s) Responsável(eis) dos dados dos respetivos titulares, inclusive no que concerne ao exercício dos seus direitos, bem como à garantia da segurança dos seus dados pessoais.

G) O *software* «Essipuls» é auditado e certificado pela Autoridade Tributária (AT), Serviços Partilhados do Ministério Público (SPMP) e Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P (INFARMED).

H) Foi devidamente notificada a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) do tratamento de dados em conformidade com a finalidade que a Subcontratante pretende realizar, tendo sido emitida a respetiva autorização.

É livremente e de boa-fé celebrado entre as Partes o presente Contrato de Subcontratação, que se regerá pelos considerandos *supra* e pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

(Definições)

Para efeitos do disposto contrato:

1. Definições legais:

Por referência ao artigo 3.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (Lei de Proteção de Dados Pessoais – LPDP), com a redação dada pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, entende-se por:

- a. «Dados pessoais»: qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social;
- b. «Tratamento de dados pessoais» («tratamento»): qualquer operação ou conjunto de operações sobre dados pessoais, efetuadas com ou sem meios automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a comunicação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de colocação à disposição, com comparação ou interconexão, bem como o bloqueio, apagamento ou destruição;
- c. «Responsável pelo tratamento»: a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outrem, determine as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios do tratamento sejam determinados por disposições legislativas ou regulamentares, o responsável pelo tratamento deve ser indicado na lei de organização e funcionamento ou no estatuto da entidade legal ou estatutariamente competente para tratar os dados pessoais em causa;
- d. «Subcontratante»: a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento.

2. Definições adicionais

- a. «Data de Entrada em Vigor»: a data identificada como data de entrada em vigor, constante no final do presente contrato
- b. «Destinatário»: a parte que recebe a informação confidencial contida no presente contrato.
- c. «Direitos de Propriedade Intelectual»: todos os direitos de propriedade industrial e intelectual, incluindo patentes, pedidos de registo de patentes, direitos de autor, pedidos de registo de direitos de autor, modelos industriais, modelos de utilidade e desenhos, marcas, logótipos, nomes e insígnias de estabelecimento e segredos comerciais (incluindo, quando aplicável, todo o trabalho preparatório ou derivado dos direitos mencionados).
- d. «Divulgador»: a parte que fornece informação confidencial no âmbito do presente contrato.
- e. «Duração»: o período de duração do contrato, desde a sua assinatura até à sua resolução ou denúncia.
- f. «Informação Confidencial»: qualquer informação sigilosa referente a uma das «Partes» que seja identificada como tal ou, não o sendo, seja razoavelmente apreendida como confidencial ou sigilosa.
 - i) Seja ou se torne pública sem que exista culpa ou violação do contrato por parte do Destinatário;
 - ii) O Divulgador eventualmente revele a terceiros sem a menção de confidencialidade;
 - iii) O Destinatário obtenha de terceiros sem menção de confidencialidade e sem que a mesma resulte de uma fuga de informação de uma obrigação de confidencialidade;
 - iv) Seja desenvolvida independentemente pelo Destinatário sem acesso à informação confidencial;
 - v) As partes acordem, por escrito, a possibilidade da sua divulgação;
 - vi) Exista uma obrigação legal ou judicial que obrigue o seu fornecimento, presumindo-se a verificação de todos os procedimentos estabelecidos por lei;
 - vii) Se destine à fiscalização por parte da respetiva autoridade de controlo.
- g. «Renovação»: conforme o caso concreto, cada um dos períodos sucessivos de 12 (doze meses), subsequentes ao período de duração do contrato.
- h. «Serviços»: serviços profissionais relacionados com *software* que a Subcontratante prestará ao Responsável nos termos consagrados pelo presente contrato.
- i. «(Sub)subcontratante»: a pessoa coletiva, que trata dos dados pessoais por conta do Responsável pelo tratamento, com base na relação contratual estabelecida com o Subcontratante («Essilor»);
- j. «Utilizador»: utilizador registado na plataforma «Essiplus».

Cláusula 2ª

(Direito Propriedade)

1. A Subcontratante é exclusiva e única proprietária do software designado por «Essiplus».
2. A titularidade do direito de autor é conferida, com plena efetividade, e pelo período máximo de proteção estabelecido no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, para estes direitos.

Cláusula 3ª

(Objeto do contrato e finalidade do tratamento de dados)

1. Pelo presente contrato a Subcontratante obriga-se a prestar os serviços no âmbito da gestão de processos clínicos, inclusive, através do registo clínico dos utentes, bem como a prescrição de medicamentos por parte de consultórios saúde privados, centros de saúde, hospitais ou outras entidades que disponham de serviços e médicos de oftalmologia.
2. Pelo presente, obriga-se igualmente à prestação de serviços no que concerne à gestão administrativa de utentes, respetivamente no que concerne à gestão de contabilidade dos prestadores de serviços *supra* referidos.

Cláusula 4ª

(Tipo de dados tratados e categoria dos titulares de dados)

A Subcontratante, tendo em consideração a atividade desenvolvida pelo Responsável, reserva-se no direito de tratar os dados pessoais adequados, pertinentes e não excessivos dos utilizadores do *software* «Essiplus», nomeadamente:

- a) Dados contidos no registo dos profissionais de saúde - nome completo, nome clínico, cédula profissional, número de identificação fiscal, morada, contacto telefónico, *e-mail* e dados do diretor clínico, nos caso em que o mesmo é designado.
- b) Dados de outros utilizadores registados – nome completo, cédula profissional (se aplicável), contacto telefónico, *e-mail*.

Cláusula 5ª

(Obrigações de ambas as partes)

As partes comprometem-se a cumprir diligentemente as respetivas obrigações legais decorrentes da Lei de Proteção de Dados Pessoais, e demais legislação relativa à proteção de dados pessoais, bem como as disposições constantes da Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto, na redação da Lei n.º 46/2012, de 29 de agosto, lei que regula a proteção da privacidade no setor de comunicações eletrónicas, mantendo total confidencialidade os dados pessoais a que tenham acesso no âmbito da prestação de serviços.

Cláusula 6ª

(Obrigações do Subcontratante)

No âmbito do presente contrato, constituem obrigações da Subcontratante, nomeadamente:

- a) Tratar dos dados pessoais apenas mediante as instruções documentadas do Responsável pelos dados pessoais e para os fins estabelecidos no âmbito dos compromissos contratuais estabelecidos no presente contrato;
- b) Abster-se de usar, direta ou indiretamente, os dados pessoais dos titulares em proveito próprio ou de terceiros, podendo apenas facultá-los aos recursos alocados à prestação de serviços contratualizada e na medida do estritamente necessário a referida prestação;
- c) Disponibilizar os meios humanos e técnicos necessários para a execução das suas obrigações consagradas no presente contrato;
- d) Prestar assistência ao Responsável na medida dos seus deveres, das suas capacidades, e da informação ao seu dispor, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, por forma a permitir que este cumpra as suas obrigações legais, particularmente nas obrigações para com o titular dos dados;
- e) Adotar as medidas técnicas e organizativas adequadas e necessárias à proteção de dados desde a conceção, por forma a assegurar a conformidade com a legislação em matéria de proteção de dados, designadamente ao nível das medidas de segurança adequadas aos riscos decorrentes do respetivo tratamento de dados;
- f) Assegurar que somente pessoas autorizadas têm acesso aos dados, por forma a evitar destruição acidental ou ilícita, a perda ou dano acidental, alteração, difusão ou acesso não autorizados, bem como quaisquer outras formas de processamento não autorizado;
- g) Assegurar que os seus colaboradores assumem o devido compromisso de confidencialidade ou que estão vinculados a obrigações legais de confidencialidade;
- h) Não comunicar nem transferir para terceiros os dados inseridos na base de dados, salvo nos casos expressamente consagrados na lei;
- i) Disponibilizar os meios necessários por forma a permitir que o Responsável seja capaz de demonstrar a conformidade das suas obrigações para com Subcontratante;
- j) Não comunicar nem transferir para terceiros os dados inseridos na sua base de dados, salvo nos casos em que a lei expressamente exija;
- k) Mediar e orientar a execução de auditorias conduzidas pelo Responsável nas instalações do (Sub)subcontratante;

- I) Assegurar, no caso de haver prestação de serviços por parte de um (Sub)subcontratante, que este apresenta garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma a que o tratamento salvguarde os direitos e liberdades dos titulares de dados.

Cláusula 7ª

(Obrigações do Responsável)

1. O Responsável obriga-se, tendo em consideração a natureza, o contexto, o âmbito e as finalidades, bem como os riscos decorrentes do tratamento realizado para os direitos e liberdades dos titulares dados, adota as medidas técnicas e organizativas adequadas e necessárias para assegurar e poder comprovar que o tratamento dos dados pessoais é realizado em conformidade com a lei em matéria de proteção de dados.
2. O Responsável pelo tratamento de dados é, para todos os efeitos, o responsável pelo cumprimento das respetivas obrigações legais, particularmente tendo em consideração o tratamento de dados que realiza.

Cláusula 8ª

(Subcontratação por parte do Subcontratante)

1. O Responsável consente que o Subcontratante recorra à prestação de serviços de (Sub)subcontratantes, tudo nos termos e condições da declaração em anexo ao presente contrato (*cf.* Anexo I junto ao contrato).
2. O Subcontratante vincula-se a impor ao (Sub)subcontratante, por contrato, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente contrato.
3. O Subcontratante assegura que o (Sub)subcontratante apresenta garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas por forma a cumprir as suas obrigações em matéria de proteção de dados, particularmente no que concerne aos direitos e liberdades dos titulares de dados.
4. Após a devida comunicação por parte do Responsável ao Subcontratante, e com a sua devida mediação e orientação, este último garante que o (Sub)subcontrate auxilia e contribui para a execução de auditorias conduzidas pelo Responsável.
5. No caso de o (Sub)subcontratante incumprir as obrigações a que está adstrito, tanto legais, bem como contratuais, o Subcontratante será o único responsável perante o Responsável pelo cumprimento das mesmas.
6. Em caso de alteração do anexo *supra* referido, o Subcontratante compromete-se a informar e a recolher, por escrito, o respetivo consentimento do Responsável dos dados.

Cláusula 9ª

(Colaboradores da Subcontratada)

1. A Subcontratada nomeará membros da sua equipa especializada, com reconhecida experiência e conhecimentos técnicos na realização dos serviços acordados ao abrigo do presente contrato.
2. A Subcontratada garante que os colaboradores que façam parte da equipa que realizará a respetiva prestação de serviços ao Responsável, serão os únicos que terão acesso aos dados pessoais no âmbito do presente contrato.
3. Na eventualidade de qualquer um dos membros da equipa deixar de estar disponível para a realização do devido serviço contratado, a Subcontratada, com o devido registo, procede à sua substituição por um colaborador de características equivalentes.
4. A Subcontratada vincula-se a prestar as informações necessárias aos seus colaboradores sobre as disposições consagradas no presente contrato, particularmente, àqueles que tenham acesso aos dados pessoais e assegura que estes respeitam os termos e condições consignados.

Cláusula 10ª

(Comunicação e interconexão de base de dados)

1. A Subcontratante está impedida de proceder à comunicação de dados pessoais dos titulares a terceiros, salvo se o tratamento for necessário para uma das hipóteses enunciadas no artigo 6.º da LPDP.
2. A Subcontratante está impedida de proceder à interconexão de bases de dados, salvo disposição legal em contrário.

Cláusula 11ª

(Confidencialidade)

1. A Subcontratante e o Responsável obrigam-se a manter a toda a informação trocada pelas Partes ou de que estas tenham conhecimento e/ou acesso no âmbito do presente Contrato, qualquer que seja a sua natureza e independentemente da forma de conhecimento ("Informação Confidencial") sob estrita confidencialidade e não poderão divulgar, copiar, reproduzir ou distribuir qualquer parte da Informação Confidencial, nem disponibilizá-la a qualquer terceiro, sem consentimento prévio por escrito da outra Parte.
2. A Subcontratante fica expressamente vinculada à confidencialidade e sigilo sobre o negócio e clientes do Responsável, não podendo por qualquer forma divulgar ou por qualquer meio revelar a terceiros factos relativos a estratégias negociais, metodologias, situação económica, financeira e administrativa do Responsável.
3. Cada Parte é a única e exclusiva proprietária da sua Informação Confidencial, só podendo utilizar a Informação Confidencial da outra Parte exclusivamente para os fins do presente Contrato.
4. A utilização da Informação Confidencial das Partes não implica, por si só, a concessão de qualquer direito de propriedade intelectual.

5. As Partes obrigam-se a manter a Informação Confidencial segura e devidamente protegida contra roubo, dano, perda e acesso não autorizado (incluindo o acesso por via eletrônica), devendo notificar de imediato a outra Parte caso tenham conhecimento de qualquer informação que tenha sido (ou seja suscetível de ser) divulgada a, ou obtida por, um terceiro e deve tomar as providências razoavelmente necessárias para mitigar qualquer efeito adverso de tal divulgação.
6. As obrigações de confidencialidade constantes desta Cláusula não são aplicáveis na medida em que:
 - i. A divulgação seja exigível por lei, por regulamento ou por ordem de qualquer regulador competente ou entidade governamental (incluindo bolsa de valores mobiliários), devendo a Parte em questão notificar, de imediato, a outra Parte quanto a tal divulgação para que esta possa adotar as medidas preventivas que considere adequadas;
 - ii. Seja divulgada por uma Parte com o consentimento prévio por escrito da outra Parte;
 - iii. A Parte recetora possa demonstrar que no momento da recepção, a Informação Confidencial se encontrava ou posteriormente veio a ser do domínio público, desde que tal não tenha ocorrido em virtude de violação dos termos destas Condições; e,
 - iv. Já se encontre em posse legítima de uma Parte previamente à sua disponibilização pela outra Parte.
7. Sempre que receba um pedido escrito nesse sentido ou no termo do Contrato, cada Parte deve realizar as seguintes ações:
 - i. Devolução à outra Parte de todos os documentos, incluindo os residentes em *backups*, que contenham Informação Confidencial;
 - ii. Destruição de todas as cópias, incluindo as residentes em *backups*, da Informação Confidencial, de análises, memorandos ou outros documentos que tenham sido elaborados com base na Informação Confidencial; e,
 - iii. Entrega à outra Parte, se solicitado, de um certificado assinado por um representante autorizado, confirmando que as obrigações contidas na presente Cláusula foram cumpridas.
8. As obrigações decorrentes do número anterior não serão aplicáveis na medida em que a Parte em questão seja obrigada a manter a Informação Confidencial em virtude de qualquer lei aplicável, regulamento ou ordem de órgão judicial, governamental, de fiscalização ou regulador competente.

9. As obrigações de confidencialidade estabelecidas nesta Cláusula subsistem mesmo depois da cessação, por qualquer causa, do Contrato, pelo prazo de 5 (cinco) anos.
10. As Partes zelarão pela vinculação a este princípio de confidencialidade, por parte dos seus colaboradores e de todos aqueles com quem venham a contratar.

Cláusula 12ª

(Medidas de Segurança)

1. A Subcontratante compromete-se a implementar as medidas técnicas e organizativas adequadas, tendo em consideração as características das operações de tratamento efetuadas e se estas implicam (ou não) o tratamento de dados sensíveis e categorias especiais de dados pessoais, designadamente em matéria de segurança do tratamento, proteção de dados desde a conceção e por defeito e confidencialidade, nomeadamente as seguintes:
 - i. A Subcontratante tratará e providenciará para que todas as pessoas que procedam ao tratamento de dados pessoais por sua conta, incluindo os seus trabalhadores, mantenham a confidencialidade desses mesmos dados;
 - ii. O sistema efetua *backups* diários e redundantes;
 - iii. A Subcontratante implementará as medidas técnicas e organizativas necessárias a auxiliar o Responsável a dar resposta ao exercício dos direitos dos titulares dos dados pessoais em matéria de Proteção de Dados;
 - iv. A Subcontratante comunicará sem demora injustificada e após o conhecimento, no prazo máximo de 36 (trinta e seis) horas, qualquer violação de dados pessoais ao Responsável.
 - v. A Subcontratante auxiliará o Responsável, na realização de qualquer avaliação de impacto ou consulta prévia que seja necessária realizar, no âmbito do presente Contrato.
2. A Subcontratante assegurará a implementação das seguintes medidas técnicas e organizacionais para proteção do *data center* onde os dados se encontrarão alojados:
 - i. Controlo de Acessos físico e lógico;
 - ii. Segurança Física permanente;
 - iii. Sistema de Detecção de Gases Tóxicos, de Controlo de Humidade e Ambiente; e de Extinção Automática de Incêndios.

Cláusula 13ª

(Vigência do Contrato de prestação de serviços)

1. O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura e é celebrado pelo prazo de 1 (um) ano, sendo automaticamente renovado por períodos de 1 (um) ano, exceto se

denunciado por qualquer uma das Partes com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias em relação à data de termos do período inicial das suas renovações.

2. No que concerne à matéria de proteção de dados, as partes conservam os dados pessoais durante o período de vigência do presente contrato.
3. Findo o período de vigência do presente contrato, o Subcontratante vincula-se a apagar ou a devolver ao Responsável todos os dados pessoais relacionados com o tratamento em causa, apagando as cópias existentes, salvo os casos em que a lei exija a sua conservação.

Li e Aceito.